

# Avaliação Educacional: eixos temáticos na produção da Revista Educação e Avaliação (1980–1981)

Regilson Maciel Borges\*

---

## Resumo

O artigo analisa a produção sobre avaliação educacional publicada na Revista Educação e Avaliação, periódico que circulou em dois números nos anos 1980 e 1981. Foram selecionados 12 artigos de um total de 22 publicados pela revista. Como metodologia de pesquisa, foi adotada a análise de conteúdo. O texto está organizado em quatro seções. Na primeira, é apresentada uma breve caracterização da revista. Na segunda, detalham-se os procedimentos metodológicos da pesquisa. Na terceira, são apresentados os resultados da análise. Na quarta, tecemos nossas considerações finais. Os resultados mostram que são três as grandes questões discutidas: a primeira diz respeito ao entendimento acerca do que seja a avaliação; a segunda concentra-se nas funções da avaliação pretendidas pelo avaliador; e a terceira retrata algumas experiências avaliativas dos autores.

**Palavras-chave:** Avaliação educacional. Revista Educação e Avaliação. Eixos temáticos.

## Introdução

O artigo apresenta resultados parciais de pesquisa de doutorado em andamento cujo objetivo é a análise da produção teórica sobre avaliação educacional publicada durante a década de 1980.

A avaliação educacional está sendo entendida tanto em seu nível macro, caso da Avaliação de Sistemas e da Avaliação de Programas Educacionais, quanto no seu nível micro, caso da Avaliação de Rendimento Escolar e da Avaliação de Currículo, que revela a diversidade do próprio fenômeno educativo, e nisto se incluem as características que são comuns a esses dois níveis, desde as suas diferentes raízes dentro da atividade avaliativa (GOLDBERG, 1980c).

---

\* Doutorando em Educação na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), na Linha de Pesquisa Estado, Política e Formação Humana, com financiamento do CNPq; E-mail: regilsonborges@gmail.com.

Neste texto analisamos, especificamente, a produção sobre avaliação educacional publicada em uma revista científica especializada na área da avaliação em educação, criada no início dos anos 1980. Trata-se da Revista Educação e Avaliação, que foi editada pela Cortez Editora em parceria com a Critério/Avaliação e que circulou entre julho de 1980 e janeiro de 1981, em dois únicos números.

De acordo com Saul (2010, p. 40), essa revista teve “[...] o mérito de incluir artigos de autores nacionais que analisavam e discutiam dimensões da avaliação educacional até então ausentes na literatura da área”. A autora se refere-se principalmente à inclusão das dimensões políticas e sociais expressas nos “[...] aspectos políticos da avaliação educacional [...]” e no entendimento da “[...] avaliação como via de intervenção social”.

Sousa (2005, p. 16) também registra que a publicação da Revista Educação e Avaliação, no início dos anos 1980, veio corroborar “[...] a presença da afirmação da dimensão política da avaliação, como pressuposto de trabalho”. Sua relevância encontra-se justamente na tentativa de associar as dimensões técnica e política da avaliação. O editorial do primeiro número da revista assim explicita essas duas dimensões:

a) política, porque só os ingênuos ou os de má fé, negam esta faceta à Educação e a Avaliação;

b) técnica, porque não basta ao educador e ao avaliador ser um profissional crítico. É preciso ser competente, a fim de atingir os resultados que criticamente venha a perseguir (EDITORIAL, 1980, p. 5).

A importância dessa revista para a área da avaliação educacional encontra-se, sobretudo, na crítica que os autores brasileiros fazem às abordagens quantitativas dominantes naquele período na produção sobre avaliação (SAUL, 2010), bem como na proposição de alternativas qualitativas para se pensar a avaliação educacional no país (SOUSA, 1998). Com isso buscava-se romper o circuito que marcava a avaliação no Brasil, caracterizada pela forte influência da teoria norte-americana da avaliação (CALDERÓN; BORGES, 2013a).

Saul (1994, p. 63) destaca que essa influência se deu principalmente por dois motivos, primeiro pela “[...] grande incidência de recomendações explícitas nos acordos internacionais, que previram, inclusive, a presença de técnicos norte-americanos [...]”, e, segundo, devido ao “[...] grande trânsito de professores brasileiros que faziam seus mestrados e doutorados nos Estados Unidos, trazendo uma bibliografia norte-americana

[...]”. Tudo isso possibilitou a incorporação de teorias e práticas educacionais estrangeiras no cenário da educação nacional, em particular a produção sobre avaliação.

A produção de conhecimento na área da avaliação, derivada de artigos científicos publicados em periódicos reconhecidos pela área, tem-se constituído como um meio fundamental no processo de construção de conhecimento sobre o tema, tendo em vista que a área ainda se encontra em processo de consolidação. Calderón e Borges (2013b, p. 171-172), ao relacionarem variáveis como ano de criação, tempo de existência e importância em termos de qualidade, que são definidos pelo sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), classificam as revistas científicas nacionais de avaliação educacional em três tipos: “as precursoras”, “as pioneiras” e “as emergentes”. Dentre as revistas precursoras, os autores destacam os títulos “Educação e Avaliação” (1980, 1981) e “Educação e Seleção” (1980-1989), criadas no início dos anos 1980 e já extintas, mas que possibilitaram, segundo os autores, o surgimento de outras revistas.

Os autores observam ainda que, “[...] diferentemente do âmbito internacional, quando, na década de 1970, apareceram as primeiras revistas especializadas sobre avaliação [...]” (CALDERÓN; BORGES, 2013b, p. 169), no Brasil, as primeiras revistas científicas sobre a temática só surgiram no início dos anos 1980, quando é enfatizada a dimensão política da avaliação educacional. Cabe salientar que são também do início da década de 1980 as primeiras experiências e propostas sistemáticas para a avaliação das instituições educacionais brasileiras, tanto para a educação básica (VIANNA, 1995; GATTI, 2009) quanto para a educação superior (DIAS SOBRINHO, 2003; 2007; BARREYRO; ROTHEN, 2008).

Baseado nisso, o presente estudo coloca-se naquele que é, segundo Meadows (1999), o coração da ciência, isto é, a comunicação científica. Nesse processo, as revistas científicas ocupam um papel de grande relevância na difusão e consolidação da ciência, tendo em vista que a pesquisa, para reivindicar este nome, precisa passar pelo crivo e aceitação da comunidade científica, acabam sendo um dos produtos com maior aceitação como registro de produção (STUMPF, 2003).

O artigo está organizado em quatro seções. A primeira expõe uma breve caracterização da Revista Educação e Avaliação. A segunda detalha os procedimentos

metodológicos adotados na pesquisa. A terceira traz os resultados da análise realizada. A quarta apresenta nossas considerações finais.

### **A Revista Educação e Avaliação**

A revista foi criada com o propósito de propiciar um debate amplo dos problemas relacionados aos dois temas títulos da revista, Educação e Avaliação, e, tal como mencionado em seu primeiro editorial, destinava-se a todos os que se sentissem desafiados “[...] a entrar nos anos 80 professando duas lealdades”:

- 1) aos princípios básicos da educação, de cuja ação devem ser gerados os agentes transformadores da realidade social;
- 2) ao equacionamento, tanto político quanto técnico, dos problemas inerentes à nossa prática profissional, na área da Educação e Avaliação (EDITORIAL, 1980, p. 5).

Educação e Avaliação foi estruturada em cinco seções. A primeira, denominada “Seção de Debates”, conta com artigos que tratam do tema de cada número. A segunda, “Seção de Estudos”, apresenta artigos de cunho teórico. A terceira, “Episódios”, apresenta relatos, depoimentos e contos de ficção. A quarta, “Vanguarda”, traz resenhas para apreciação do leitor. A quinta seção, “Informes”, publica eventos da área, os ocorridos e os agendados.

As capas da revista, no período analisado, apresentam desenhos em preto e branco, que ilustram as temáticas centrais abordadas nos dois números publicados. A primeira traz uma banca de examinadores que retrata um tribunal que lembra o período da inquisição católica. A segunda coloca em oposição duas situações que mostram, na parte superior, todo o desenvolvimento científico e tecnológico, e, na parte inferior, a miséria e a pobreza da sociedade brasileira.

A publicação reunia em seu conselho editorial pesquisadores como Ana Maria Saul (PUC-SP), Clarilza Prado de Sousa (PUC-SP), Ismul Kuba Goldberg, José Alvizio Belisario de Souza, Maria Amélia Azevedo Goldberg (PUC-SP/FCC), Maria Laura Puglisi Barbosa Franco (PUC-SP), Mere Abramowicz (PUC-SP), Regina Helena Zerbini Denigres (PUC-SP) e Sigmar Malvezzi (FGV/PUC-SP). Entre os colaboradores estavam Alvaro Valle (Câmara dos Deputados), Jeanete Beauchamp (Rede Oficial de Ensino do Estado de SP), Joel Martins (PUC-SP), Luis Bandeira de Mello Laterza (União Estadual dos Estudantes), Marilena

Rissuto Malvezzi, Marisabel de Souza Prado (Auxiliar de Pesquisa na Critério/Avaliação), Nancy Vaiciunas e Sigmar Malvezzi (FGV/PUC-SP/Instituto Unificado Paulista).

Dos pesquisadores mencionados, nota-se que a maioria encontrava-se vinculada, na ocasião, à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), instituição de destaque quando se evidencia a produção acadêmica em torno da temática da avaliação educacional (SOUSA, 1994; TEIXEIRA, 2006; ULER, 2010), à qual também estiveram vinculados outros autores igualmente interessados na temática em questão, e que vieram a se constituir como referenciais para a área da avaliação no Brasil.

O primeiro número, publicado em julho de 1980, teve como tema central as relações entre “Medo e Poder na Avaliação”, seja do ponto de vista do aluno ou do professor, do profissional na empresa, seja dos avaliadores dos programas no sistema educacional. Neste número encontram-se publicados artigos de Denis Charles Phillips (Stanford University), Maria Amélia Azevedo Goldberg (PUC-SP), Mere Abramowicz (PUC-SP), Luis Bandeira de Melo Laterza (União Estadual dos Estudantes), Sigmar Malvezzi (FGV/PUC-SP/Instituto Unificado Paulista), Joel Martins (PUC-SP), Alvaro Valle (Câmara Federal/Deputado), Clarilza Prado de Sousa (PUC-SP), Jeanete Beauchamp (Rede Oficial de Ensino do Estado de SP) e Marisabel de Souza Prado (Auxiliar de Pesquisa na Critério/Avaliação).

A ideia central do primeiro número concentrou-se na tese de que a avaliação deve servir para transformar a realidade, e não se prestar apenas a um julgamento. Essa tese se esbarra em dois componentes que estão interligados, o “medo” despertado pela avaliação, que se encontra associado ao exercício autoritário do “poder” nos diferentes processos de avaliação. Com base nisso, foram organizadas as cinco seções que compõem o referido número, valendo-se para isso da prática avaliativa dos autores.

O segundo número da revista, publicado em janeiro de 1981, discutiu a problemática da “Avaliação e Tomada de Decisão”, com o intuito de se posicionar claramente a favor de uma avaliação e tomada de decisão participativa, emancipadora e transformadora. Colaboraram com este número Gabriel Carron (Unesco), Maria Luisa Santos Ribeiro (PUC-SP), Naura Syria Ferreira Corrêa da Silva (UFPR), Myrtes Alonso (PUC-SP), Ramon Moreira Garcia (FGV), Maria Amélia Azevedo Goldberg (PUC-SP), Guido Palmeira (Médico

Sanitarista), Noêmio Xavier da Silveira Filho (FAUS), Sigmar Malvezzi (FGV/PUC-SP) e Ivan Masetti (Jornalista).

Esse número discutiu a avaliação com enfoque na área da avaliação de currículo, com destaque para a elaboração de currículo nas áreas de ciências humanas, exatas e biológicas, assim como para a programação de treinamentos. Defendeu que a avaliação deve ser primeiramente entendida como um processo mais político do que técnico, e, a partir daí, sustentou que a “avaliação” e a “tomada de decisão” sejam participativas enquanto processos, emancipadoras enquanto intenções e transformadoras da realidade enquanto produtos.

Os dois números da Revista Educação e Avaliação colocaram em evidência a problemática da avaliação ocorrida na prática de educadores e avaliadores profissionais, e é a partir desses problemas que os autores propõem enfrentar e discutir as questões relacionadas à educação e à avaliação.

### **Metodologia da Pesquisa**

A pesquisa primou pela análise de conteúdo tal como delineia Bardin (1995, p. 95), observando-se para isso as fases de organização da análise que a autora propõe, a saber: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; e 3) a interpretação.

Na pré-análise, primeiramente, estabeleceu-se “contato com os documentos”, seguida da “escolha dos documentos” a serem analisados e da “preparação do material”, como prevê Bardin (1995). O contato com o material deu-se com a aquisição dos dois números da revista disponíveis para venda *online* e, a partir daí, foi feita a seleção dos artigos para composição do *corpus* de estudo. Para tanto, foram considerados artigos que discutiam avaliação em educação, ficando assim distribuídos nos dois números da revista: dos 11 artigos que compõem o primeiro número, sete foram selecionados para análise; dos outros 11 que se encontram no outro número, cinco artigos tratavam da temática analisada. Os artigos não selecionados discutiam assuntos variados, como o processo de produção de uma tese (GOLDBERG, 1980b), encenação da tragicomédia da educação (VALLE, 1980), relatos de um projeto de avaliação de potencial dos funcionários de uma empresa (MALVEZZI, 1980) e de uma semana de planejamento (SOUSA; BEAUCHAMP, 1980), além de apresentar outras reflexões sobre pesquisa e tomada de decisão

(CARRON, 1981), curso de pedagogia (RIBEIRO, 1981), supervisão escolar (SILVA, 1981; ALONSO, 1981), estudo do currículo (PALMEIRA, 1981) e administração autodeterminada (GARCIA, 1981).

Na exploração do material, os textos foram codificados, o que possibilitou “[...] atingir uma representação do conteúdo [...], suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto [...]” (BARDIN, 1995, p. 103). Para isso utilizou-se a “análise temática”, a partir da qual se buscou descobrir os “núcleos temáticos” que compõem os artigos estudados.

O passo seguinte foi o “tratamento dos resultados obtidos e interpretação” (BARDIN, 1995, p. 101) que se encontram na seção seguinte, apresentados a partir da organização dos textos em seus respectivos eixos temáticos, com o intuito de identificar a temática principal de cada artigo<sup>1</sup>. As nomeações temáticas adotadas procuram evidenciar as principais discussões sobre avaliação educacional na literatura especializada da área, tais como conceituações, funções e práticas avaliativas.

### **Eixos temáticos sobre avaliação educacional abordados na revista**

Na pesquisa, foram analisados 12 artigos de um total de 22 publicados nos dois números da Revista Educação e Avaliação nos anos de 1980 e 1981; os textos encontram-se distribuídos em temáticas comuns aos assuntos abordados pelos autores, tendo como foco central a avaliação educacional.

### **Conceituações de avaliação**

Este eixo temático enfatiza os aspectos conceituais a respeito da avaliação presentes nas produções analisadas, destacando-se a fala dos autores sobre o que se entende por avaliação.

Goldberg (1980a) observa que a avaliação pode ser uma arma, ao trazer implícito um componente de ameaça, cuja tarefa é geradora de medo. Igualmente Abramowicz (1980)

---

<sup>1</sup> Outros autores denominam essa categoria como *temas abordados* (VIANNA, 1992), *núcleos temáticos* (CANDAU; OSWALD, 1995), ou ainda *foco* (FERREIRA, 1999). Mas a intenção é sempre a mesma: a identificação do tema central dos trabalhos em análise. Neste estudo optamos por trabalhar com a expressão *eixo temático*, conforme Calderón e Ferreira (2011).

considera que toda avaliação é uma tarefa ameaçadora. Goldberg e Prado (1980) apontam pistas para pesquisar as raízes do medo na e da avaliação.

Laterza (1980, p. 68) entende que a “[...] avaliação deverá tomar um caráter dinâmico, onde os critérios deverão ser consensuais e cada aula estará significando um aprendizado e sua avaliação constante”.

De acordo com Martins (1980, p. 84), o termo avaliação, em educação, “[...] aponta para uma descrição e para um julgamento de tudo aquilo que se processa dentro do cenário educacional”, quer seja “[...] um programa total desenvolvido pela escola, um procedimento curricular, o progresso de um indivíduo ou de grupo de indivíduos”. Assim sendo, “[...] a avaliação é o processo que se refere ao conceito criterial e categórico que se aplica aos alunos, aos grupos de alunos ou ao currículo, com a finalidade de orientá-los ou de determinar alguns aspectos do currículo” (MARTINS, 1980, p. 84).

Goldberg (1980c, p. 115-116) afirma que a avaliação educacional “[...] tem sempre e necessariamente uma dimensão política”, isso porque, segundo a autora, “[...] envolve poder e, como tal, não é um mero exercício tecnocrata e sim um exercício político”. Em outro artigo, a mesma autora observa que a literatura da avaliação apresenta diversos significados, como “a avaliação é um instrumento do planejamento”, “a avaliação deve subsidiar tomada de decisões”, “avaliação é o controle de qualidade do processo decisório executivo” (GOLDBERG, 1981a, p. 68). Entretanto, o que sobressai é a sensação inquietante de inutilidade prática da avaliação.

Para Silveira Filho (1981, p. 113), a avaliação escolar, entendida na sua forma mais ampla, “[...] pode assumir características diversas dependendo do que está sendo avaliado, de como se procede a essa avaliação e quais os objetivos [...]” que estão por trás dela.

Malvezzi (1981, p. 132) menciona que, no processo decisório, “[...] qualquer decisão relacionada ao ser humano frequentemente demanda complicada e cuidadosa avaliação da realidade [...]”. Isso possibilita conceber a melhor forma de intervenção em determinado contexto, bem como elaborar alternativas de intervenção. De acordo com o autor, “a elaboração de tais alternativas é sempre resultado de uma boa avaliação do referido contexto e/ou de seus elementos e relações” (MALVEZZI, 1981, p. 132).



A definição conceitual do que seja avaliação, trazida pelos autores dos artigos, reflete a própria busca por referenciais para o direcionamento dos aspectos práticos e teóricos dos processos avaliativos que se iniciaram a partir da década de 1980 no Brasil (VIANNA, 1995; SAUL, 2010), sendo essa uma das principais preocupações dos autores daquele período, conforme observam Borges e Rothen (2015, p. 83) ao analisarem textos que se encontram organizados em coletânea publicada no início dos anos 1980: “[...] a definição do que seja avaliação é o ponto primordial para a compreensão de questões relacionadas ao seu alcance, aos seus métodos e mesmo às suas limitações”.

### **Funções da avaliação**

Este eixo temático destaca funções do processo de avaliação mencionadas nos textos analisados; para isso foram tomadas por base abordagens da literatura que descrevem funções da avaliação.

De acordo com Phillips (1980, p. 7) “uma das funções da avaliação nos campos de política social e educação é a de ajudar o administrador na tomada de decisões”. O autor considera que as funções da avaliação crítica prestam-se a um número de funções que se fundem ou se sobrepõem, assumindo, por exemplo, as “[...] funções políticas e psicológicas, que ocasionalmente podem ser tão importantes quanto as de orientar decisões ou aprofundar perspectivas” (PHILLIPS, 1980, p. 11). Como orientação teórica, para a função da avaliação crítica, Phillips adota a proposta de Elliot Eisner, para o qual “[...] o avaliador [...] deveria desenvolver uma ‘connaissance’ e praticar ‘crítica educacional’, da mesma maneira que os críticos de arte ou os ‘connaisseurs’ de vinhos” (PHILLIPS, 1980, p. 21).

Goldberg (1980a) destaca a natureza política da avaliação de programas, que pode ser assumida como uma função somativa, quando pode servir para subsidiar decisões de alocação de recursos, ou pode ainda ser formativa, quando promove o aprimoramento do processo educacional, permitindo que a comunidade se manifeste. Contudo, a autora adverte que, “onde houver *medo*, que decorra do exercício autoritário do *poder*, não haverá clima para uma avaliação de natureza *formativa*, para uma avaliação realmente não punitiva” (GOLDBERG, 1980a, p. 43, grifo da autora). Em outro artigo, a mesma autora mostra dois estudos realizados pelo *Departamento de Investigaciones Educativas del*

*Centro de Investigación y de Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional* do México, que ilustram as vantagens da função diagnóstica da avaliação (GOLDBERG, 1981b). Nos textos da autora, está presente a conhecida distinção elaborada por Michel Scriven entre as funções formativa, somativa e diagnóstica da avaliação (DEPRESBITERIS, 1999).

Abramowicz (1980) propõe uma tentativa de análise de um sistema educacional na qual o projeto de avaliação é conduzido dentro dos moldes de avaliação iluminativa. A finalidade desta avaliação é “[...] estudar o programa de inovação: como ele funciona, como é influenciado pelas diferentes situações escolares [...], quais são, para os interessados, suas vantagens e inconvenientes” (ABRAMOWICZ, 1980, p. 48). A autora entende que um projeto de avaliação, sendo conduzido nesses moldes, prevê “[...] o provável desencadeamento de sentimentos de medo e insegurança relacionados às características próprias desse paradigma avaliativo” (ABRAMOWICZ, 1980, p. 53). Essa estratégia de investigação, a avaliação iluminativa, foi desenvolvida por Malcolm Parlett e David Hamilton.

Laterza (1980) aponta que, do ponto de vista pedagógico e de sua função ideológica, a avaliação escolar desempenha o papel de “arma”, um instrumento que confere ao professor o “poder” para implementar os objetivos da estrutura do ensino. Diante disso, o autor defende uma avaliação dinâmica, que “[...] não teria somente a função da verificação da aprendizagem, mas sobretudo forneceria informações para um redimensionamento do curso” (LATERZA, 1980, p. 67). É dentro desse caráter dinâmico que, segundo o autor, “[...] os critérios deverão ser consensuais e cada aula estará significando um aprendizado e sua avaliação constante” (LATERZA, 1980, p. 68). De acordo com Limana e Brito (2005, p. 21), a avaliação dinâmica é baseada em abordagens desenvolvidas a partir da oposição aos modelos da psicometria clássica, e tal como desenvolvida por Roberto Sternberg e Elena Grigorenko, esta “[...] considera as especificidades culturais e do contexto onde o indivíduo está inserido [...]”.

Diante das extensas teorias e modelos de avaliação, Silveira Filho (1981) salienta um aspecto que lhe parece da maior importância para a avaliação do currículo trata-se do caráter formativo ou somativo da avaliação. A avaliação “[...] apresenta um caráter formativo quando tem o objetivo de levantar subsídios para aperfeiçoamentos futuros

[...]”. “A avaliação apresenta um caráter somativo quando é fiscalizadora; está mais interessada em descobrir os erros e identificar os responsáveis” (SILVEIRA FILHO, 1981, p. 118). A preocupação do autor é com o desencadeamento, junto aos professores e demais atores escolares, de aspectos relativos ao caráter formativo da avaliação.

Malvezzi (1981, p. 132) entende que “não há decisão que não seja produto de avaliações prévias relativas à realidade, considerada como carente de uma mudança [...]”. Para isso, segundo o autor, “é preciso saber o que está acontecendo, o que deve ser mudado, como deve ser mudado, quais serão as consequências da mudança, etc.”. Nesse sentido, o autor considera que “[...] o levantamento de alternativas, condição de qualquer processo decisório, é obrigatoriamente fruto de uma avaliação da realidade” (MALVEZZI, 1981, p. 132). Esse procedimento pode também ser perfeitamente nomeado de função diagnóstica da avaliação, quando o que se pretende é detectar a existência ou não de pré-requisitos para que algo se efetue (DEPRESBITERIS, 1999), tal como proposto por Michael Scriven.

Masetti (1981, p. 142), analisando o processo de avaliação de desempenho pessoal de professores e funcionários de um colégio na ótica de uma diretora, destaca o caráter tecnocrático da proposta, que apresenta um aspecto fortemente meritocrático, traduzido na sua finalidade, que é “[...] dar condições de auto-aperfeiçoamento ao funcionário ou servidor, quanto ao comportamento, atitudes, aptidões ou conhecimento das atribuições que exerce, facilitando, também, o destaque dos que têm condições de ocupar posições mais elevadas ou de comando, acompanhadas de uma melhoria financeira”. Essa função meritocrática da avaliação, quando aplicada aos professores e às escolas, tem recebido diversas críticas de autores da área da avaliação (ANDRÉ, 1996; FREITAS, 2012), por acarretar competição entre professores, escolas e redes de ensino, bem como sanções e recompensas. Mas, por outro lado, há autores que defendem ações meritocráticas no âmbito escolar (CASTRO, 2008; 2009; CALDERÓN; RAQUEL; CABRAL, 2015).

A explicitação de funções da avaliação apontadas pelos autores analisados, tais como a crítica de Elliot Eisner, a formativa, somativa e diagnóstica de Michel Scriven, a iluminativa de Malcolm Parlett e David Hamilton, a dinâmica de Roberto Sternberg e Elena Grigorenko, a meritocrática, tal como foi defendida durante muito tempo por Diane Ratvitch, revela o caráter finalístico do ato avaliativo e faz pensar sobre as pretensões

mediatas ou imediatas da avaliação empreendida. Depresbiteris (1999, p. 14) observa que, “apesar do espaço temporal da avaliação ser uma característica importante dessas funções, o mais relevante é considerar que elas possibilitam diferentes tipos de decisão”.

### Experiências avaliativas

Este eixo temático descreve experiências de avaliação relatadas pelos autores em cujos artigos se encontram exemplos concretos de projetos de avaliação educacional.

Goldberg (1980a) retrata o caso do projeto de avaliação da qualidade da produção discente dos programas de mestrado em educação no Brasil realizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com a participação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). No texto, são apresentados o informe técnico disponibilizado pela Capes, com as principais decisões da pesquisa projetada, e as reações da comunidade acadêmica diante do projeto de avaliação, inicialmente limitadas ao oferecimento de sugestões e seguidas das desconfianças quanto às intenções da Capes. De acordo com a autora, a principal lição da experiência vivida com o Projeto Anped/Capes “[...] foi a de verificar que mesmo quando *não se é politicamente ingênuo*, a realidade pode pregar algumas peças [...]”. Assim, “[...] a experiência mostrou que a avaliação de programas educacionais de impacto social pode muito facilmente transformar-se em *instrumento político*, [...], em *arma política* [...]” (GOLDBERG, 1980a, p. 42, grifo da autora).

Em outro artigo, Goldberg (1981a) apresenta uma experiência de elaboração do Plano de um novo Doutorado de uma universidade brasileira. A autora parte da reconstrução do caminho, iniciando com a exposição da bibliografia do programa, da avaliação propriamente dita e da avaliação no contexto do processo decisório. São também apresentadas as características do novo Programa, suas diretrizes, objetivos, estrutura curricular, admissão ao programa, organização técnico-administrativa e implantação. Da experiência realizada a autora tira as seguintes lições para a sua prática de avaliadora profissional: é indispensável a delegação de poderes; mais discussões deveriam ter sido travadas sobre os objetivos e fundamentos do Programa; a intenção da comunidade acadêmica resultou numa contraparticipação, pois “a comunidade

acadêmica está socializada para participar, através de encontros, seminários, assembleias e *não através de papéis, formulários, etc. [...]*” (GOLDBERG, 1981a, p. 83, grifo da autora).

Silveira Filho (1981) descreve a avaliação de um aspecto do currículo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos (FAUS). Na parte inicial do artigo, o autor apresenta referências teóricas e conceituais a respeito do currículo. No segundo momento, são apresentados os resultados da pesquisa de campo, destacando a natureza e a importância da avaliação de currículo e os procedimentos da avaliação, que foi efetuada por meio de um questionário com 16 questões, algumas do tipo objetivo e outras do tipo dissertativo. As questões abrangiam a composição do currículo (questões nº 1, 2 e 3), a relação do currículo com a comunidade (questões nº 4, 5 e 6), a integração entre as disciplinas (questões nº 7, 8 e 9), as técnicas de aula, instalações e métodos de avaliação (questão nº 12), a formação dos alunos (questões nº 13 e 14) e a estrutura da supervisão escolar (questões nº 15 e 16). De acordo com o autor, “na avaliação de currículo, [...], é importante que tenhamos em mente, [...], o direcionamento para o qual estamos nos conduzindo, como decorrência de uma ou outra postura curricular (SILVEIRA FILHO, 1981, p. 130)”.

Malvezzi (1981) relata um processo de seleção para a escolha de alunos para um curso de pós-graduação no Estado de São Paulo. De acordo com o autor, eram 90 candidatos que concorriam a apenas 10 vagas. O primeiro passo para a seleção dos alunos foi a definição dos objetivos e diretrizes do curso de pós-graduação, que, na prática, segundo o autor, eram os próprios critérios de seleção. O segundo passo foi o trabalho técnico da seleção, como fazê-la, o método a ser utilizado; este passo iniciou-se com a operacionalização do conjunto de comportamentos futuros. Depois de elaborada essa operacionalização, seguiu-se com a definição dos dados a serem observados nos candidatos, denominados de prognosticadores, e, por fim, deu-se a escolha das técnicas por meio das quais os candidatos seriam conhecidos em suas características. Neste caso, o autor entende que “[...] a seleção de alunos para um curso de pós-graduação envolve os mesmos problemas que a seleção de candidatos para uma vaga em qualquer empresa [...]” (MALVEZZI, 1981, p. 133); assim, acredita que “tanto em seleção pessoal como em outras circunstâncias os processos decisórios são funções da avaliação que os precede [...]” (MALVEZZI, 1981, p. 139).

Masetti (1981) descreve os passos de uma diretora rumo à avaliação de desempenho de seu pessoal (professores e funcionários), conforme determina a legislação que se refere à mobilidade do funcionário ou servidor estadual. O processo avaliativo inicia-se com a fixação, pelo Secretario de Educação, em conjunto com os dirigentes das unidades, do número de funcionários e servidores que poderão receber os conceitos de desempenho: “muito bom”, “bom” e “regular”. A continuidade do processo ocorre em cada unidade administrativa, pelo seu dirigente, que atribui o conceito correspondente a cada servidor ou funcionário. No caso estudado, o autor descreve as buscas da diretora para realizar um processo de avaliação o mais justo possível: primeiro, coloca-se a par da legislação sobre o assunto; em seguida, procura os diretores mais experientes para saber como agiam; por fim, pesquisa outras publicações sobre o assunto. A partir da sugestão de seus colegas diretores, convoca uma reunião com todos os envolvidos no processo para discutir democraticamente quais critérios deveriam ser considerados. Na reunião, surgem diferentes possibilidades, como a utilização de critérios objetivos ou a aplicação de um sistema de rodízio dos conceitos. Contudo, a solução encontrada veio de uma ex-colega que trabalhava como assessora direta do Secretario da Educação e que sugeriu a distribuição dos conceitos por meio de sorteio, para que ninguém se sentisse injustiçado.

Goldberg (1981b) apresenta a experiência de dois estudos realizados pelo Departamento de Investigaciones Educativas del Centro de Investigación y de Estudios do México. O primeiro, um estudo de observação, teve como foco a socialização para o trabalho e procurou responder duas questões principais: 1) Que tipo de “lições” os alunos aprendem? e 2) Por que os alunos aprendem estas e não outras “lições”? O outro estudo utilizou uma observação desarmada como técnica e procurou estudar a implementação de um novo currículo de Ciências para as escolas mexicanas. O resultado desse estudo avaliativo foi a elaboração de um Programa Curricular de 1º Grau para alunos de 11 a 14 anos, com duração de dois anos e meio. De acordo com a autora, a experiência mexicana “[...] representa um testemunho vivo de que avaliação e currículo podem ser instrumentos de intervenção social” (GOLDBERG, 1981b, p. 151).

As experiências avaliativas descritas pelos autores apresentados resultam, em parte, de suas inserções como avaliadores profissionais em projetos e programas educacionais, ou ainda, da difusão de experiências realizadas no âmbito da realidade latino-americana.

Isso sinaliza, por um lado, para a profissionalização do campo da avaliação educacional no país, decorrente das experiências pessoais relatadas; e, por outro, para o conhecimento de práticas avaliativas que pudessem ser adaptadas à realidade brasileira, que carecia, naquele momento, de exemplos mais próximos da nossa realidade, fortemente influenciada pela teoria e prática norte-americanas de avaliação (SAUL, 2010; CALDERÓN; BORGES, 2013a).

### Considerações finais

O artigo traz a análise da produção sobre avaliação educacional publicada nos dois números da Revista Educação e Avaliação, uma das primeiras revistas voltada especificamente para o campo da avaliação educacional (CALDERÓN; BORGES, 2013b), que circulou nos anos de 1980 e 1981.

O conteúdo dos textos foi distribuído em três grandes eixos temáticos, a saber: *conceituações de avaliação, funções da avaliação e experiências avaliativas*. Cada eixo procurou agrupar as principais ideias dos autores dentro das temáticas que foram nomeadas a partir de indicações presentes na literatura especializada na área da avaliação educacional (VIANNA, 1995; DEPRESBITERIS, 1999; SOUSA, 1998; SAUL, 2010).

No primeiro eixo, fica claro que a avaliação é comumente vista como uma arma que tende a gerar medo, por trazer implícito um caráter ameaçador (GOLDBERG, 1980a; ABRAMOVICZ, 1980; GOLDBERG; PRADO, 1980). Contudo, defende-se seu caráter dinâmico (LATERZA, 1980), constante (LATERZA, 1980) e processual (MARTINS, 1980). Avaliar é um ato político que envolve poder (GOLDBERG, 1980c) e assume diversas características, pois depende do que está sendo avaliado (SILVEIRA FILHO, 1981), e para isso importa considerar uma cuidadosa observação da realidade, seu contexto, seus elementos e relações (MALVEZZI, 1981).

No segundo eixo, são explicitadas as funções da avaliação, seu propósito apreciativo de julgamento na função de crítica educacional (PHILLIPS, 1980), o papel desempenhado no ato avaliativo, quando busca captar traços do perfil de partida em um processo diagnóstico (GOLDBERG, 1981b; MALVEZZI, 1981), quando associada e integrada ao desenvolvimento do ato de avaliação em um processo formativo (GOLDBERG, 1980a; SILVEIRA FILHO, 1981), ou ainda mesmo quando se propõe a fornecer um balanço final

resultando em um processo somativo (GOLDBERG, 1980a). Outra função da avaliação consiste em permitir uma compreensão global da realidade complexa que envolve o programa (ABRAMOWICZ, 1980). Uma outra função é compreender as mudanças, os movimentos, em um processo dinâmico (LATERZA, 1980), ou, quem sabe, a atribuição do mérito por meio de um processo de avaliação do desempenho (MASETTI, 1981).

No terceiro eixo, a descrição de experiências avaliativas empreendidas por avaliadores especialistas possibilita um retrato de como a avaliação começava a se delinear no âmbito acadêmico do sistema nacional da pós-graduação como um todo (GOLDBERG, 1980a), e, mais especificamente, na avaliação da implementação de um programa de pós-graduação em nível de doutorado (GOLDBERG, 1981a), dos aspectos do currículo de uma faculdade (SILVEIRA FILHO, 1981) e do processo de seleção de alunos para um curso de pós-graduação (MALVEZZI, 1981). Outras duas experiências tratam dos passos de uma diretora no processo de avaliação de seu pessoal (MASETTI, 1981) e da experiência mexicana de avaliação e currículo como instrumentos de intervenção social (GOLDBERG, 1981b).

Diante disso, pode-se considerar que os autores discutem essencialmente três grandes questões, representadas nos três eixos temáticos. A primeira trata de suas concepções em torno do que se entende por avaliação, sendo demarcadas suas principais influências teóricas e seus posicionamentos acerca das implicações decorrentes do ato de avaliar. A segunda refere-se às funções da avaliação presentes na literatura especializada e às finalidades pretendidas pelo avaliador no processo avaliativo. A terceira resulta da experiência e inserção dos autores no campo profissional da avaliação, por isso os relatos representam os esforços empreendidos na tentativa de se construir uma prática metodológica que pudesse ser aplicada à realidade da educação brasileira.

Os textos sobre avaliação educacional publicados nos dois números da Revista Educação e Avaliação também refletem os anseios do início da década de 1980 para a área educacional, um período em que a circulação das ideias teve significativa ampliação. Conforme ressalta Saviani (2008), essa circulação ocorreu graças ao surgimento de revistas sobre educação e à grande quantidade de livros publicados por editoras especializadas na área. Isso pode ser aplicado à criação da Revista Educação e Avaliação, um periódico especializado para a área da avaliação, publicado pela Cortez Editora, uma



das principais editoras com grande prestígio na área da educação, conforme destacou Ricardo Filho (2010, p. 104).

Outra constatação é a de que os autores dos artigos, bem como os membros do corpo editorial da Revista Educação e Avaliação, estão envolvidos com questões relacionadas à avaliação educacional e têm contribuído significativamente para a ampliação e fortalecimento da área, seja por meio de suas publicações difundidas nos mais diversos canais de comunicação, seja pela formação de mestres e doutores interessados na temática da avaliação, pela participação em comissões especializadas na avaliação ou ainda por suas interlocuções contínuas em eventos promovidos pela comunidade científica voltada para os estudos em avaliação. Cabe ressaltar a vinculação de alguns deles aos Programas de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), cuja produção tornou-se referência nacional para a área, como já apontado nos trabalhos de Sousa (1994), Teixeira (2006) e Uler (2010).

## Referências

ABRAMOWICZ, M. O impacto de um projeto de avaliação de tipo iluminativo sobre um sistema educacional. *Educação e Avaliação*, São Paulo, ano 1, p. 48-53, jul. 1980.

ALONSO, M. *Supervisor escolar: um profissional, a mais, na escola de 1º e 2º graus?*. *Educação e Avaliação*, São Paulo, ano 1, p. 35-42, jan. 1981.

ANDRÉ, M. E. D. A. Avaliação Escolar: além da meritocracia e do fracasso. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 99, p. 16-20, nov. 1996. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/781/793>>. Acesso em: 4 ago. 2015.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1995.

BARREYRO, G. B.; ROTHEN, J. C. Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: análise dos documentos do Paru, CNRES, Geres e Paiub. *Avaliação*, Campinas, v. 13, n. 1, p. 131-152, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n1/a08v13n1.pdf>>. Acesso em: 4 ago. 2015.

BORGES, R. M.; ROTHEN, J. C. Uma proposta metodológica para a leitura de textos em avaliação educacional. *Regae: Rev. Ges. Aval. Educ.*, Santa Maria, v. 4, n. 7, p. 83-96, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/regae/article/view/15935/pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2015.

CALDERÓN, A. I.; FERREIRA, A. G. Administração da educação no Brasil: um diálogo comparativo com as tendências temáticas da Revista Ibero-americana de Educação. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 27, n. 2, p. 321-339, maio/ago. 2011.

CALDERÓN, A. I.; BORGES, R. M. La evaluación educacional en el Brasil: de la transferencia cultural a la evaluación emancipadora. *Educación*, Lima, v. 22, n. 42, p. 77-95, 2013a. Disponível em: <<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/educacion/article/view/5292>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

CALDERÓN, A. I.; BORGES, R. M. Avaliação Educacional: uma abordagem à luz das revistas científicas brasileiras. *Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa*, Madrid, v. 6, n. 1, p. 167-183, 2013b. Disponível em: <[http://www.rinace.net/riee/numeros/vol6-num1/art10\\_hm.html](http://www.rinace.net/riee/numeros/vol6-num1/art10_hm.html)>. Acesso em: 16 fev. 2015.

CALDERÓN, A. I.; RAQUEL, M. G. R.; CABRAL, E. S. O Prêmio Escola nota 10: meritocracia e cooperação para a melhoria do desempenho escolar. *Ensaio: aval. pol. públ. educ.*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 87, p. 517-540, abr./jun. 2015. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v23n87/0104-4036-ensaio-23-87-517.pdf>>. Acesso em: 4 ago. 2015.

CANDAU, V. M.; OSWALD, M. L. M. B. Avaliação no Brasil: uma revisão bibliográfica. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 95, p. 25-36, 1995.

CARRON, G. Reflexões sobre as relações entre pesquisa e tomada de decisão. *Educação e Avaliação*, São Paulo, ano 1, p. 7-22, jan. 1981.

CASTRO, M. H. G. Premiar o mérito. *Veja*, São Paulo, 13 fev. 2008.

CASTRO, M. H. G. O mérito do Professor: parlamento paulista. *Revista da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 39, mar. 2009.

DEPRESBITERIS, L. *Avaliação educacional em três atos*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1999.

DIAS SOBRINHO, J. *Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

DIAS SOBRINHO, J. Evaluación de la Educación Superior en Brasil: políticas y prácticas. *Revista Complutense de Educación*, Madrid, v. 18, n. 2, p. 29-44, 2007. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/RCED/article/view/RCED0707220029A>>. Acesso em: 4 set. 2015.

EDITORIAL. *Educação e Avaliação*, [São Paulo], ano 1, p. 5, jul. 1980.

FERREIRA, N. S. A. *Pesquisa em leitura: um estudo dos resumos de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no Brasil, de 1980 a 1995*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado) -Universidade de Campinas, Campinas, 1999.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n119/a04v33n119.pdf>>. Acesso em: 4 ago. 2015.

GARCIA, R. M. A base de uma administração autodeterminada: o diagnóstico emancipador. *Educação e Avaliação*, São Paulo, ano 1, p. 43-68, jan. 1981.

GATTI, B. A. Avaliação de sistemas educacionais no Brasil. *Sísifo: Revista de Ciências da Educação*, Lisboa, n. 9, p. 7-18, maio/ago. 2009.

GOLDBERG, M. A. A. A avaliação pode ser uma arma?. *Educação e Avaliação*, São Paulo, ano 1, p. 23-47, jul. 1980a.

- GOLDBERG, M. A. A. *Como vai sua tese?: ou da prática anti-democrática de orientação de tese. Educação e Avaliação*, São Paulo, ano 1, p. 54-61, jul. 1980b.
- GOLDBERG, M. A. A. Avaliação educacional: medo e poder. *Educação e Avaliação*, São Paulo, ano 1, p. 96-117, jul. 1980c.
- GOLDBERG, M. A. A. Era uma vez uma avaliação: lições de vida. *Educação e Avaliação*, São Paulo, ano 1, p. 68-84, jan. 1981a.
- GOLDBERG, M. A. A. Avaliação e currículo como instrumentos da intervenção social: uma experiência latino-americana. *Educação e Avaliação*, São Paulo, ano 1, p. 146-151, jan. 1981b.
- GOLDBERG, M. A. A.; PRADO, M. S. Comunicação em avaliação: pesquisando as raízes do medo?. *Educação e Avaliação*, São Paulo, ano 1, p. 141-143, jul. 1980.
- LATERZA, L. B. M. Avaliação e o sistema educacional. *Educação e Avaliação*, São Paulo, ano 1, p. 62-68, jul. 1980.
- LIMANA, A.; BRITO, M. R. F. O modelo de avaliação dinâmica e o desenvolvimento de competências: algumas considerações a respeito do ENADE. *Avaliação*, Campinas, v. 10, n. 2, p. 9-32, jun. 2005. Disponível em: <[http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=avaliacao&page=article&op=view&path\[\]=1303&path\[\]=1293](http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=avaliacao&page=article&op=view&path[]=1303&path[]=1293)>. Acesso em: 8 ago. 2015.
- MALVEZZI, S. Avaliação do potencial dos recursos humanos: uma força de transformação nas organizações. *Educação e Avaliação*, São Paulo, ano 1, p. 69-83, jul. 1980.
- MALVEZZI, S. Avaliação no processo decisório. *Educação e Avaliação*, São Paulo, ano 1, p. 131-139, jan. 1981.
- MARTINS, J. Avaliação: seus meios e fins. *Educação e Avaliação*, São Paulo, ano 1, p. 84-95, jul. 1980.
- MASSETI, I. Acompanhe os passos de uma diretora rumo à avaliação de desempenho de seu pessoal. *Educação e Avaliação*, São Paulo, ano 1, p. 141-145, jan. 1981.
- MEADOWS, A. J. A. Comunicação científica. Brasília: Biriquet de Lemos, 1999.
- PALMEIRA, G. Colaboração ao currículo de medicina. *Educação e Avaliação*, São Paulo, ano 1, p. 85-99, jan. 1981.
- PHILLIPS, D. C. Quando os avaliadores discordam: perplexidades e perspectivas. *Educação e Avaliação*, São Paulo, ano 1, p. 7-22, jul. 1980.

RIBEIRO, L. S. Curso de Pedagogia: avaliação e tomada de decisão. *Educação e Avaliação*, São Paulo, ano 1, p. 23-28, jan. 1981.

RICARDO FILHO, G. S. *O discurso sobre as políticas educacionais: coesões e ramificações dos especialistas em educação (1990-2007)*. 2010. Tese (Doutorado) -Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SAUL, A. M. A Avaliação educacional. *Série Idéias*, São Paulo, n. 22, p. 61-68, 1994. Disponível em: <[http://www.crmariocovas.sp.gov.br/int\\_a.php?t=019](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/int_a.php?t=019)>. Acesso em: 16 fev. 2015.

SAUL, A. M. *Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo*. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SAVIANI, D. *Histórias das ideias pedagógicas no Brasil*. 2. ed. ver. ampl. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, N. S. F. C. A supervisão escolar e a carreira: os desafios a nível de exercício profissional. *Educação e Avaliação*, São Paulo, ano 1, p. 29-34, jan. 1981.

SILVEIRA FILHO, N. X. Avaliação do enfoque dominante de currículo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos. *Educação e Avaliação*, São Paulo, ano 1, p. 100-130, jan. 1981.

SOUSA, C. P.; BEAUCHAMP, J. O quadro negro. *Educação e Avaliação*, São Paulo, ano 1, p. 132-139, jul. 1980.

SOUSA, C. P. Descrição de uma trajetória na/da avaliação educacional. *Idéias*. São Paulo, n. 30, p. 161-174, 1998.

SOUSA, S. Z. L. *Avaliação da aprendizagem: natureza e contribuições da pesquisa no Brasil no período de 1980 a 1990*. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado) -Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

SOUSA, S. Z. L. 40 anos de contribuição à avaliação educacional. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 16, n. 31, p. 7-36, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2140/2097>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

STUMPF, I. R. C. Avaliação das revistas de comunicação pela comunidade acadêmica da área. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 25-38, 2003.

TEIXEIRA, C. R. *A concepção de avaliação educacional veiculada na produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação: currículo (1975-2000)*. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado) –Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

ULER, A. M. *Avaliação da aprendizagem*: um estudo sobre a produção acadêmica dos programas de pós-graduação em educação PUCSP, USP, UNICAMP - 2000-2007. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado) –Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

VALLE, A. A tragicomédia da educação brasileira. *Educação e Avaliação*, São Paulo, ano 1, p. 118-131, jul. 1980.

VIANNA, H. M. Avaliação Educacional nos Cadernos de Pesquisa. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 80, p. 100-105, fev. 1992. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1008>>. Acesso em: 4 set. 2015.

VIANNA, H. M. Avaliação Educacional: uma perspectiva histórica. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, n. 12, p. 7-24, dez. 1995. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2297/2248>>. Acesso em: 6 jun. 2015.

Recebido em: 22/11/2015

Aceito para publicação em: 19/01/2016

## Educational Evaluation: thematic concepts in the production of the Education and Evaluation Journal (1980–1981)

### Abstract

The article analyzes the production on educational evaluation published in The Education and Evaluation Journal in two different issues in 1980 and 1981. Twelve articles were selected from 22 published by the journal. Content analysis was chosen as the research methodology. The text is divided into four sections. The first one is a brief description of the journal. In the second, the research's methodology procedures are detailed. In the third section, the analysis results are presented. In the fourth, our final considerations are explained. The results show that there are three major issues being discussed: the first one relates to the understanding of what it is the evaluation. The second one focuses on the evaluation's purposes intended by of the evaluator. The third one depicts some of the authors' evaluative experiences.

**Keywords:** Educational evaluation. Education and Evaluation journal. Thematic concepts.

## Evaluación Educacional: ejes temáticos de la producción de la Revista Educación y Evaluación (1980–1981)

### Resumen

Este artículo analiza la producción hecha sobre evaluación educacional y que fue publicada en la Revista *Educación y Evaluación*, periódico que circuló en dos números, uno en 1980 y otro en 1981. Fueron seleccionados 12 artículos de un total de 22 publicados por la revista. Como metodología de investigación se adoptó el análisis de contenido. El texto consta de cuatro partes. En la primera se realiza una breve caracterización de la revista. En la segunda se detallan los procedimientos metodológicos de la investigación. En la tercera se presentan los resultados del análisis. En la cuarta parte se ofrecen las consideraciones finales. Los resultados muestran que son tres los grandes temas discutidos: el primero se refiere al entendimiento de lo que sería la evaluación; el segundo se concentra en las funciones de la evaluación frente a las pretensiones del evaluador y el tercero describe algunas experiencias evaluativas realizadas por los autores.

**Palabras clave:** Evaluación educacional. Revista Educación y Evaluación. Ejes temáticos.